

*Data-base 2019***Primeira rodada de assembleias aponta plano de recuperação de perdas como pauta econômica central*****Campanha salarial deste ano deve estar centrada em 3 pontos: Reajuste salarial, defesa das universidades e contra a reforma da Previdência***

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se na terça-feira, 25/3, para tabular e discutir as sugestões enviadas pelas categorias em sua primeira rodada de assembleias da data-base 2019.

Foi geral nas assembleias a concordância com a proposta de centrar a campanha salarial deste ano em três pontos: **o reajuste salarial** (“Arrocho, não! Isonomia, já!”), **defesa das universidades** (luta pelo financiamento público adequado, liberdade de cátedra, plano de permanência estudantil, recursos para os HUs etc.) e **contra a reforma da Previdência**. Assim, será preciso travar as nossas lutas específicas – contra o desmonte das universidades, contra o arrocho salarial e em defesa da isonomia, por melhores condições de trabalho e estudo – em sintonia com a resistência e a reação às reformas em curso, como a previdenciária.

Em relação à reivindicação salarial, as assembleias usaram como subsídio o estudo divulgado no *Jornal do Fórum*, que trouxe o **Salariômetro 2019**, mostrando os reajustes salariais necessários para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015, maio/2016, maio/2017 e maio/2018, conforme a tabela abaixo, calculados com a

inflação (ICV-Dieese até janeiro/2019).

O ponto de partida em maio/2015 não desconsidera perdas anteriores, mas marca o momento em que, no período mais recente, o arrocho agravou-se, pois as universidades deixaram de repor a inflação do período, empurrando nossos salários cada vez mais baixo. Após a data-base de 2014, aprofundou-se a política dos reitores das estaduais paulistas, de se omitir frente à falta de financiamento público adequado e jogar sobre a comunidade o ônus da recuperação das finanças, o que se materializa no arrocho salarial, na quebra de isonomia (com o calote da Unesp nos 3% em maio/2016), no congelamento de contratações e na sobrecarga de trabalho, na precarização dos contratos de trabalho, no fechamento de creches e no sucateamento de hospitais públicos como o HU da USP, entre outros.

Maioria quer repor poder aquisitivo de maio/2015

Na maior parte das assembleias da primeira rodada, servidores docentes e técnico-administrativos

**ÍNDICES NECESSÁRIOS****Reajuste para retornar ao poder aquisitivo de maio 2015 / 2016 / 2017 / 2018 (%)**

Mês de referência	Unesp	USP/Unicamp
MAIO/2015	17,99	14,55
MAIO/2016	11,16	7,34
MAIO/2017	7,25	4,13
MAIO/2018	6,30	3,20

Obs.: A referência utilizada na construção desta tabela é o salário efetivamente recebido em cada uma das datas-base desde maio/2015 até maio/2018, e corrigido pelo ICV-Dieese mês a mês até janeiro de 2019.



acharam necessário evidenciar a reivindicação destas perdas. Assim, partindo do princípio de que o primeiro passo para a recuperação de nossas perdas históricas é o referencial imediato de perdas (maio de 2015), e que várias assembleias de base sinalizaram para que seja colocado na mesa de negociação com o Cruesp um plano de reposição salarial que, no prazo mais curto possível, atinja esse objetivo, e comece por um percentual que não eleve o comprometimento da folha das universidades a patamares que possam justificar que os reitores se recusem, de pronto, a qualquer negociação, o Fórum das Seis indica às categorias nessa próxima rodada de assembleias (de 1 a 9/4) que avaliem a seguinte redação

para a reivindicação salarial deste ano:

- considerando as perdas desde maio de 2015 (índice Dieese), que se estabeleça o compromisso do Cruesp com o Fórum das Seis de um plano de recuperação salarial – articulado à arrecadação de ICMS – que se inicie com uma parcela de 8% de reajuste em maio/2019 para todos + 3% na Unesp para compensar a não concessão dos 3% em maio de 2016.

Obs.: Na Unesp, para compensar a não concessão dos 3% em maio/2016, a reivindicação para maio/2019 vai a 11,24% (mais o retroativo a maio/2016).

Estudo do Fórum comprova

Reajuste em maio/2019 cabe nos orçamentos das universidades

O Fórum das Seis fez uma simulação para estimar como ficaria o comprometimento médio em 2019 com folha de pagamento em cada uma das três universidades se fosse concedido um reajuste de 8% em maio próximo, de acordo com a sugestão de reivindicação apresentada acima, dentro de um plano de recuperação de perdas para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015.

No quadro acima, foi usado como repasse do ICMS o valor definido nos orçamentos de cada uma das universidades para 2019. Como base de cálculo, foi utilizada a folha salarial média de 2019, calculada a partir da planilha Cruesp de fechamento de 2018. Neste estudo, não foram considerados, explicitamente, os repasses devidos pelos *royalties* do petróleo, que constam implicitamente com o uso da folha média.

Se o repasse dos *royalties* do petróleo for maior (e isto já vem ocorrendo) que o de 2018, o comprometimento com folha diminuirá mais ainda. Também diminuirá se o ICMS crescer mais do que o previsto nos orçamentos de 2019.

COMPROMETIMENTO MÉDIO EM 2019 COM FOLHA DE PAGAMENTO

	Unicamp	USP	Unesp
REAJUSTE	8%	8%	11,24% (*)
ESTIMATIVA DO COMPROMETIMENTO MÉDIO	89,82%	86,70%	89,31%

() Para que se restabeleça a isonomia entre as três universidades públicas paulistas, é necessário um reajuste de 11,24% para a Unesp. Isso porque a Unesp não pagou até hoje o reajuste de 3%, concedido pelo Cruesp na data-base de 2016.*

De 1 a 9/4, segunda rodada de assembleias

O Fórum das Seis indica às categorias que façam novas assembleias, de 1 a 9 de abril, para avaliar os indicativos feitos a partir da primeira rodada.

No dia 11 de abril, já contando com os resultados das assembleias de base, o Fórum volta a se reunir, em Campinas, para fechar a Pauta Unificada 2019 e protocolá-la junto à presidência do Cruesp, que já estará a cargo do reitor da Unicamp, Marcelo Knobel.

Fórum rodizia coordenação

Atendendo ao sistema de rodízio, a coordenação do Fórum das Seis deixa de estar a cargo da Adunesp/Sintunesp e passa às mãos da Adunicamp a partir da próxima reunião, em 11/4.

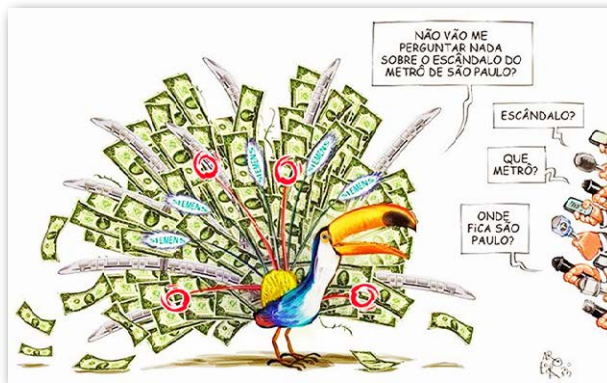
CPI das Universidades

Manobras e incertezas na base da proposta aprovada na Alesp

A segunda-feira, 18/3, foi de corre-corre na Assembleia Legislativa de SP (Alesp). Era dia de apresentação de pedidos de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Como a regra prevê a instalação de somente cinco CPIs por ano, a disputa era para saber quais seriam os primeiros pedidos.

Como queriam evitar que o pedido de uma CPI para investigar a Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa) ficasse entre os primeiros cinco a serem examinados, parlamentares do PSDB e de partidos leais ao ex-governador Geraldo Alckmin e ao atual governador João Doria passaram 63 horas na fila para garantir a dianteira. A Dersa, empresa do governo paulista, está no centro das atenções porque seu ex-diretor Paulo Vieira de Souza (o “Paulo Preto”) está preso sob acusação de peculato e formação de quadrilha. A manobra deu certo e a CPI da Dersa rolou ribanceira abaixo na lista dos requerimentos. Deputados de oposição ao governo Doria também pedem a criação de uma comissão para investigar isenções fiscais concedidas a grandes empresas ao longo dos últimos 10 anos, que somam um total de renúncia de receitas de, aproximadamente, R\$ 115,5 bilhões. Uma conta rápida mostra que, somente para as universidades estaduais paulistas, isso gerou uma perda de cerca de R\$ 11,5 bilhões neste período.

Nesta quarta-feira, 27/3, o presidente da Alesp, o deputado tucano Cauê Macris, autorizou a abertura das cinco primeiras CPIs solicitadas. Entre elas, está a protocolada pelo deputado Wellington Moura (PRB) para “investigar irregularidades na gestão das universidades públicas no Estado de São Paulo, em especial quanto à utilização das verbas públicas repassadas a elas”. O objetivo da CPI, segundo o requerimento de Moura, seria realizar uma “profunda investigação” sobre a “conjuntura” das USP, Unesp e Unicamp, “buscando sugestão para uma melhor gestão dos recursos públicos repassados às universidades”.



Na justificativa do requerimento, Moura registra que “não só a imprensa divulga, mas as próprias instituições, por meio de seus representantes, se declararam em crise financeira, motivo alegado para deixar de honrar os salários, manutenção das instalações e, pasmem, suspensão de vestibular”. Da mesma forma, continua o deputado, “a imprensa rotineiramente veicula notícias com supostas irregularidades no pagamento de salários acima do teto”, e também “veiculam-se algumas decisões esparsas que flagram irregularidades na concessão de aposentadorias, bem como sobre supostas irregularidades no valor das diárias pagas a servidores das reitorias”.

Além da CPI das Universidades, as outras quatro instaladas são para:

- investigar a situação da Barragem Salto Grande, em Americana, proposta pelo deputado Roberto Moraes (PPS);
- apurar irregularidades na venda de animais por canis e pet shops, do deputado Bruno Ganem (PODE);
- apurar irregularidades na gestão da Fundação para o Remédio Popular, do deputado Edmir Chedid (DEM);
- investigar irregularidades na prestação de serviços de táxi aéreo, do deputado Rogério Nogueira (DEM).

Cada CPI é composta por nove membros. A partir da instalação, os líderes partidários têm 15 dias para indicar representantes.

Palco conhecido

Conhecendo o cenário de manobras e interesses de setores políticos e do mercado que domina o palco na

Alesp, não é demais imaginar que as intenções em relação às universidades estaduais paulistas não são nada boas. Por isso, o Fórum das Seis acompanhará os desdobramentos desta CPI e estará pronto para fazer os seguintes questionamentos:

- A CPI pretende investigar a quebra do compromisso empenhado pelo governo estadual, de que repassaria recursos perenes às universidades estaduais paulistas para

compensar os seguidos processos de expansão a partir dos anos 2000?

- A CPI pretende investigar as manobras feitas pelo governo estadual antes de repassar os 9,57% do ICMS-Quota-Parte do Estado às universidades? Indevidamente, o governo retira da base de cálculo os recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. E o detalhe é que estes itens não são extraídos da cota-parte que vai para os municípios. Só para se ter uma ideia do tamanho que esta manobra causa às universidades, no período de 2014 a 2018 elas deixaram de receber um total de R\$ 1,5 bilhão.

- A CPI pretende investigar a responsabilidade do governo na insuficiência financeira das universidades? Como se sabe, de acordo com a lei que criou a SPPrev, a Lei Complementar 1.010/2007, a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados, é do tesouro estadual. O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20% dos repasses oriundos do ICMS para as universidades paulistas. Será que a CPI vai exigir do governo que cumpra a lei?

- A CPI pretende reconhecer e valorizar o papel decisivo que as universidades estaduais paulistas cumprem para o desenvolvimento econômico, científico e cultural do país, respondendo por cerca de 50% da produção científica nacional?

Reforma da Previdência

Rumo à greve geral, Dia de Luta reuniu 70 mil em SP

A Av. Paulista, na cidade de São Paulo, concentrou a maior manifestação contra a Reforma da Previdência no dia 22 de março, com cerca de 70 mil pessoas. Em todo o país, atos e manifestações foram realizadas no **Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência**, convocado pelas centrais sindicais. As entidades que compõem o Fórum das Seis convocaram suas categorias a se integrem às atividades em seus municípios.

As atividades de 22/3 foram consideradas um passo importante rumo à greve geral contra a reforma do governo de Jair Bolsonaro, que tramita na Câmara dos Deputados materializada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019. Nas falas das lideranças sindicais, de movimentos sociais e partidárias, na Paulista, foi comum a denúncia de que as medidas previstas pela reforma prejudicam diretamente a maioria mais pobre da população.

Um dos principais argumentos utilizados pelo governo para convencer a sociedade e os parlamentares a aprovarem a reforma da Previdência é o de que ela trará uma economia de R\$ 1,165 trilhão em 10 anos. No entanto, estudo feito pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), mostra que 75% do valor que Bolsonaro quer economizar (cer-



Manifestação na Av. Paulista

ca de R\$ 715 bilhões) viriam, majoritariamente, do bolso dos brasileiros de baixa renda, como resultado das restrições de acesso à aposentadoria e com a redução dos valores dos benefícios. Outros R\$ 182 bilhões viriam das novas regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a partir da redução do valor do benefício de um salário mínimo para R\$ 400,00 na faixa etária entre 60 e 70 anos. O salário mínimo integral só seria concedido após os 70 anos.

A maior parte desses recursos, que seriam verdadeiramente sequestrados da população economicamente mais vulnerável, certamente iriam para o pagamento do serviço da dívida pública, irrigando os já estratosféricos lucros dos bancos, do agronegócio e dos grandes conglomerados comerciais e industriais, com o sacrifício da vida e da dignidade de todos os trabalhadores brasileiros e, mais profundamente, daqueles que já vivem uma condição de miserabilidade extrema.

Construir a greve geral

A abrangência das manifestações em 22 de março dá um grande passo para a perspectiva de construção da greve geral para barrar a reforma e defender os direitos dos trabalhadores na Previdência! Fique atento às informações divulgadas por sua entidade e participe da luta para que a Previdência Social brasileira não seja destruída!



Acima, Av. Paulista. Abaixo, Campinas



Manifestantes saem da USP, a caminho da Av. Paulista